



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**

PROJETO DE LEI Nº 2614/2024

Emenda modificativa ao Plano Nacional de
Educação, referente à Estratégia 6.6.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

A Estratégia 6.6. passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estratégia 6.6. Instituir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, financiamento adequado da educação integral em tempo integral a partir do padrão mínimo de qualidade em âmbito nacional, utilizando-se de parâmetros de qualidade de referência estabelecidos nacionalmente, a partir de insumos, conforme o CAQi/CAQ com programas para a construção, a ampliação e a reestruturação das escolas públicas, contemplando a instalação de quadras poliesportivas cobertas, internet banda larga de alta velocidade, laboratórios de ciências e tecnologia, espaços para atividades culturais, bibliotecas com acervo adequado, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, saneamento básico e acesso à água potável, acesso à luz elétrica, entre outros, mobiliários, materiais didáticos, número adequado de alunos por turma, valorização dos profissionais da educação básica pública, materiais didáticos e outros insumos que visem garantir uma proposta pedagógica que promova o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitado o desenho universal de acessibilidade e consideradas as diversidades, prioritariamente em escolas que atendam estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo, e com deficiência.”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

JUSTIFICATIVA

A versão ampliada da Estratégia 6.6 representa um salto qualitativo ao vincular explicitamente a infraestrutura escolar ao padrão mínimo de qualidade definido pelo CAQi/CAQ, transformando a proposta em uma política concreta com parâmetros mensuráveis e financiamento assegurado. A especificação detalhada dos insumos - como internet banda larga, laboratórios de ciências, saneamento básico e acessibilidade universal - supera a vagueza da versão anterior, garantindo que as reformas atendam às reais necessidades pedagógicas e à previsão legal. A inclusão de critérios como número adequado de alunos por turma e valorização profissional reconhece que a qualidade da infraestrutura está intrinsecamente ligada às condições de trabalho docente e ao tamanho das turmas. Ao priorizar escolas que atendem populações historicamente excluídas, a estratégia enfrenta as desigualdades educacionais em sua raiz, assegurando que os investimentos em educação integral cumpram também um papel reparador, transformando espaços físicos em ambientes educativos verdadeiramente inclusivos e adequados ao desenvolvimento integral, com atenção especial às diversidades culturais e às necessidades específicas de cada território.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de maio de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

